



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS: TECENDO MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS

SANTOS, Maria José dos¹; SILVA, Camila Ferreira da²; BRAGA, Graça Elenice dos Santos³; SILVA, Eunice Pereira da⁴

¹Universidade Federal Rural de Pernambuco, yiamaze@gmail.com; ²Universidade Federal de Pernambuco/Centro de Educação, camilafera92@hotmail.com; ³Universidade Federal Rural de Pernambuco, gracaelenicebraga@gmail.com; ⁴Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste, eunice.pereira@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender as práticas de ensino exitosas desenvolvidas por educadoras Negras nas Comunidades Quilombolas Pau Ferrado, no município de Lagoa dos Gatos, Gloria Goita e Onze Negras no Cabo de Santo Agostinho, localizadas em Pernambuco. Adotamos enquanto Abordagem teórica o Feminismo Negro Latino-Americano que parte de dois movimentos: social e epistêmico. O primeiro, advém, de mulheres negras que historicamente tiveram seus modos de ser, de pensar e de produzir conhecimento silenciados e subalternizados pela racionalidade eurocêntrica, mas também lutaram e lutam pela afirmação de suas diferenças. O segundo, diz respeito, a entrada de mulheres negras no espaço acadêmico, sobretudo por considerar que a academia é o local, por excelência, onde a racionalidade branca se perfaz. Por tal, o ingresso de mulheres negras, bem como, de epistemologias consideradas periféricas enegrece o espaço acadêmico ao mesmo tempo que, paulatinamente, quebra os ditames eurocêntricos, afirmando a mulher negra não só enquanto um sujeito epistêmico, mas que a academia é também um lugar que esta mulher pode e deve ocupar. Os resultados apontam que os movimentos de resistências que as educadoras vêm desenvolvendo, contribuem para o fortalecimento da identidade negra das/dos alunas/alunos. Nessa direção, os espaços educativos têm se constituído enquanto lugar de afirmação dos modos de ser, de pensar e produzir conhecimento dessas comunidades.

Palavras-chave: Mulheres Quilombolas, Escola, Feminismo Negro.

Comunidade Quilombola: resistência sempre

Este trabalho é o diálogo entre uma pesquisa Mestrado em Educação desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e um Projeto Político Pedagógico, desenvolvido no curso de graduação da Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico Agreste. Ambos os trabalhos trazem enquanto elemento em comum o trato com as práticas de ensino

desenvolvido por professoras negras em Comunidades Quilombolas.

Diante disso, apresentamos enquanto objetivo compreender as práticas de ensino exitosas desenvolvidas por educadoras Negras nas Comunidades Quilombolas Pau Ferrado, no município de Lagoa dos Gatos, Gloria Goita e Onze Negras no Cabo de Santo Agostinho, localizadas em Pernambuco.

Cabe destacar que o contexto social, cultural, político e epistêmico do Brasil é constituído por diversas influências



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

(africanas, indígenas, europeias, dentre outras). No entanto, quando nos reportamos a população negra e indígena sua participação é insidiosamente negada e/ou silenciada. Sobretudo, no que se refere às Comunidades Quilombolas, por tal Siqueira pontua que se faz necessário realizar reflexões mais amplas do sentido político e cultural, visto que,

Os Quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil em resistência ao sistema escravocrata ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação político-ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes africanos nascidos no Brasil (2009, p. 03).

Logo, as Comunidades Quilombolas representam fontes inspiradoras para as e mulheres e homens que neles viveram e vivem, uma vez que constituem um espaço de resistência e de militância traçando historicamente. Portanto, a concepção de que as Comunidades Quilombolas estão limitadas ao passado, vistas enquanto uma aglomeração de fugitivos ou um lugar de refúgio é veementemente negado, considerando que no tempo-espaço-histórico as mulheres e homens quilombolas foram ressignificando seus modos de ser, de pensar e de produzir conhecimento, sem, contudo, perder os laços com a sua ancestralidade.

Portanto, as Comunidades Quilombolas são grupos étnicos que se auto definem a partir das relações com o espaço territorial que ocupam, o parentesco, a própria ancestralidade, as tradições e práticas culturais desenvolvidas ao longo do tempo.

Para Nascimento (1980) as Comunidades Quilombolas constituem um movimento amplo e contínuo, tendo enquanto característica, predominante, as vivências dos africanos que não se submetiam a toda forma de exploração e à violência do sistema colonial; as formas associativas de criar novos espaços; a organização socioeconômica e política adequada à sua realidade e a sustentação da continuidade africana por meio dos grupos genuínos de resistência. É importante salientar que os/as militantes negros/as, nos anos de 1930, já se inspiravam nos exemplos de luta e formas de organização, a exemplo da Frente Negra Brasileira.

Nesse contexto é importante observar uma mudança a respeito do entendimento sobre Comunidades Quilombolas, uma vez que não são mais vistos como se estivessem cristalizados no passado e que nos dias atuais não mais existem. Conforme enfatiza Santos “falar dos quilombos e dos quilombolas no atual contexto é, portanto, falar de uma luta



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

política e, consequentemente, uma reflexão científica em processo de construção” (2009, p. 4).

Logo, ser Quilombola é carregar uma ancestralidade, isto é, uma memória vivida daquelas e daqueles que a/o antecederam, forjando movimentos de resistência em uma luta política que é contínua, em especial, em cenário social que no tempo/espaço silenciou e negou o direito de ser e de existir dos povos Quilombolas. De fato, é a partir do entendimento de luta e conquista da terra, sobretudo, que as Comunidades Quilombolas, o movimento negro e as organizações da sociedade civil tem interferido junto ao governo brasileiro para que haja o reconhecimento das áreas quilombolas, o que ocorreu oficialmente em 1988 com a promulgação da atual Constituição Federal no Art. 68 “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

O artigo da Constituição delimita espaço, propõe as considerações aos verdadeiros proprietários e amplia o entendimento. Porém, é importante observar que, para a efetivação do direito à terra pelo texto constitucional, foi necessária a intervenção das Comunidades Quilombolas e do

movimento negro organizado em confronto com órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Ressalta-se, ainda, o distanciamento entre o dito na Constituição e o vivido para a efetivação do marco legislativo.

Portanto, embora tenha havido conquista a luta continua, uma vez que a resistência parte de um ideal político de coletividade fundamentado no bem comum da Comunidade Quilombola e assim na luta incessante pela garantia de direitos que lhes foram negados por uma política de estado que não reconhece as diferenças ao mesmo tempo que tenta homogeneizá-las.

Desse modo, percebemos que a política de identidade do estado uni-identitário não se sedimentou por completo, considerando que os sujeitos, situados nas margens da sociedade, teceram rachaduras e foram, paulatinamente, evidenciando seus valores, culturas, sociais e ancestrais, que reside em suas memórias vivas e que a perspectiva de estado uno não logrou êxito.

Diante do exposto, entendemos que as Comunidades Quilombolas não só constituem espaços de retomada da sua ancestralidade, bem como são locais, por excelência, de resistência, constituído por sujeitos que assumem a sua voz, a sua corporalidade e o seu espaço político,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

social, cultural e epistêmico no mundo.

Posto isso, a título de organização, este trabalho, para além da introdução, está organizado em quatro seções. Na primeira, tratamos das formas de resistência que a Mulher Negra foi tecendo, em especial, por meio do Feminismo Negro Latino-Americano, ainda, neste contexto, destacamos as participações das professoras negras quilombolas no processo educativo da Comunidade em que estão inseridas. Na segunda, apresentamos as escolhas de teorias metodológicas, utilizadas no desenvolvimento deste trabalho e, por fim, na terceira seção, apresentamos a análise dos dados.

Feminismo Negro Latino-Americano: do movimento social a sala de aula

O Feminismo Negro Latino-Americano emerge dos movimentos de resistência propositiva de mulheres negras que historicamente tiveram seus modos de ser, de pensar e de produzir conhecimentos silenciados e subalternizados pela racionalidade eurocêntrica.

É diante disso que, historicamente, identificamos uma ruptura da mulher negra em relação ao feminismo branco hegemônico e do movimento social negro. Isso se deve, por que no primeiro a mulher negra identificava o trato com o marcador de gênero, contudo havia

uma lacuna com a questão racial. No segundo, acreditava que a luta pela afirmação racial, traria, conjuntamente, as especificidades de gênero (GOMES, 2010).

É diante do caráter específico e diferenciado da mulher negra que emerge o feminismo negro com o intuito de afirmar sua geo-política e corpo-política do conhecimento, isto é, um coletivo de mulheres negras em que a discussão de raça e gênero são tratados enquanto dois elementos unos e não de maneira dissociada, uma vez que as formas de inferiorização e silenciamento que a mulher negra vivencia não decorrem de forma dissociada, mas eles se interseccionam, constantemente.

Por isso as feministas negras, tais como: Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde, Bell Hooks e Lélia González, cunharem o termo interseccionalidade que emerge de uma preocupação com o impacto do racismo sobre o gênero feminino racializado, evidenciando que a raça não se desvincula do mercado de gênero. Para Werneck, Iraci e Cruz (2012, p. 33),

A interseccionalidade cria um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguido pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, que recebem os menores rendimentos, que mais sofrem com o desemprego e as relações informais (e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

sua consequente ausência de proteção social tanto presente quanto futura) e que ocupam as posições de menor prestígio na hierarquia profissional.

Dessa forma, a raça e o gênero se tornaram/tornam no sistema mundo um dispositivo de identificação valorativa das condições de ser e estar das pessoas no mundo. Nessa linha de pensamento a raça e o gênero carregam uma carga simbólica negativa de sua representação no mundo e, simultaneamente, ocasionam um engessamento dos lugares, dos papéis e das funções que a mulher negra ocupa no tempo-espaço-histórico.

Nessa perspectiva, o feminismo negro não pretende ocasionar uma nova realocação hegemônica em relação aos demais sujeitos, mas pretende (re)afirmar formas outras de ser, de existir e de produzir em um sistema/mundo que tende a negar/silenciar as diferenças sociais, culturais, políticas e epistêmicas que se dissociam do centro hegemônico.

É neste contexto que destacamos as participações das mulheres negras quilombolas, e suas contribuições no processo educativo da comunidade onde estão inseridas e permanecem em resistência, buscando efetivar seus direitos dentro e fora das comunidades quilombolas. Como destaca Nascimento

“Vozes mulheres”, grandes mães que atravessam a linha do tempo como pano de fundo, mas no direito desse avesso mostram-se capazes

de dar continuidade a uma linhagem, ao contrário da obediência aparente-determinada. Mulheres fervilhando e ramificando vozes nos fundos, nos becos escuros da sociedade brasileira (2008, p.62).

Nessa direção, entendemos que a resistência das mulheres negras está, intimamente, relacionada com a sua ancestralidade e as suas experiências de resistência tecidas cotidianamente e que assumem contornos e funções distintas com o intuito driblar/enfrentar as novas ressignificações que as formas de opressão veem assumindo.

Cabe rememorarmos que a história da mulher negra nas lutas para ocupar seu espaço de direito na sociedade brasileira, vamos observar que cada conquista é fruto de entrega, persistência e resistência, como Gonzales (2008), que desde o final dos anos 70 lutou pelo espaço da mulher negra dentro dos movimentos sociais, junto ao movimento feminista que trouxe para as agendas políticas as pautas voltadas para a realidade negra.

Desse modo, entendemos que na mesma medida que existem formas de silenciamento e subordinação sobre o corpo feminino negro, na mesma medida esse corpo negro subjugado vai construindo resistências e essas resistências podem ser identificadas, também, em sala de aula.

A sala de aula é o espaço formativo



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

em que grande medida do que ali é ensinado passa ser considerado enquanto conhecimento válido e universal. Por tal, compreendemos que práticas de ensino que driblam os ditames da racionalidade eurocêntrica, trazendo para o cerne do processo de ensino-aprendizagem formas outras de pensar, de aprender e de produzir conhecimento no que se refere ao enfrentamento das opressões raciais e de gênero vivenciadas são consideradas exitosas.

Cabe salientar que consideramos exitosas por dois fatores. Primeiro, ensinar para além os postulados eurocêntricos, em fuga há um modelo curricular brancocêntrico que tende a negar as diferenças. Segundo, por burlar um sistema educativo de formação inicial que pouco ou quase nada auxilia a/o professora/professor com temáticas que no tempo/espaço/histórico estiveram/estão relegados a conteúdos transversais que na maioria das vezes não chegam a ser vivenciados de forma positiva/valorativa em sala de aula.

Dito isto, compreendemos que o feminismo negro não está restrito as ruas, mas ele vai, concomitantemente, tecendo fraturas e evidenciando os valores de saberes, experiências, modos de ensinar e aprender, e por tal, a sala de aula se

configura enquanto esse espaço.

A escola, as professoras e os professores adentram neste processo por que basta observamos em sala de aula a diversidade no fenótipo, na cultura, nos modos de ser e de existir no mundo. Assim, privilegiar uma e neutralizar as demais, é assumir uma postura pré-estabelecida socialmente é desmerecer todo o processo histórico de luta que nossas/nossos antepassadas/antepassados cravaram e acima de tudo é desmerecer a construção da identidade étnica de cada indivíduo, uma vez que a construção desta identidade não é um processo pronto e acabado, resolvido no nascimento, mas é construído e reconstruído nas práticas sociais, na relação do “eu” com as/os outras/outros, como elucidada Moreira; Câmara,

Nossa identidade, assim não é uma essência, não é um dado, não é fixa, não é estável, nem centrada, nem unificada, nem homogênea, nem definitiva. É instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. É uma construção um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato formativo (2008, p.42).

Assim, conceber a dinâmica escolar, nesta perspectiva, significa romper com o caráter homogeneizador que tece os currículos escolares e tornar o Brasil conhecido de si mesmo, construindo formas outras de viver, de relacionar e de conceber as diferenças.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Abordagem Teórico-Methodológica

Nesta seção tratamos das escolhas teórico-metodológicas adotadas, para tanto, apresentamos o campo de pesquisa, os sujeitos, os instrumentos de coleta de dados e para a organização e tratamento dos dados fizemos uso da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

As participantes da pesquisa foram selecionadas a partir do seu pertencimento étnico-racial. Ou seja, mulheres negras quilombolas que estivessem ou já tivessem exercido atividades educativas dentro ou fora da estrutura física da escola. A partir desse critério, selecionamos, três comunidades quilombolas, a saber: Pau Ferrado, Gloria de Goita e Onze Negras, localizadas em Pernambuco.

A comunidade quilombola Pau Ferrado está localizada no município de Lagoa dos Gatos. De acordo com relatos de moradoras do local o Quilombo recebeu esse nome, em virtude da comunidade ter sido descoberta pelos senhores de engenho e no centro do Quilombo colocaram um pau e iniciaram o acoite das mulheres e homens do local, vindo assim, no futuro a receber o nome de Pau Ferrado.

A Comunidade Quilombola Gloria do Goitá, está situada na região da zona da mata no município de Glória do Goitá. A denominação do Quilombo e

da cidade tem origem na junção do nome da padroeira, nossa senhora da glória, com o rio goitá, topônimo que tem origem no termo tupi “gua-ita”, que significa “pedra da baixa”.

A Comunidade Quilombola Onze Negras também está localizada no Cabo de Santo de Agostinho. A Comunidade recebeu vários nomes, como, por exemplo, Burrama, por causa da criança que não sabia falar corretamente o nome do animal que não resistia à carga e caiu. A criança saía gritando “burrama morreu!”; burrama era igual a “burra”. O segundo nome foi Pista Preta, usado devido ao piche, produto químico utilizado nas estradas e asfaltos. No entanto, foi no ano de 1999 que a comunidade passa a ser reconhecida pelo nome de Onze Negras, com a intenção de homenagear o time de futebol existente no Quilombo.

No que concerne a coleta dos dados fizemos uso da técnica a observação participante, visto que consiste no contato direto da/do pesquisadora/pesquisador com o campo de pesquisa (MINAYO, 1996). Ademais, no decorrer da inserção no campo de pesquisa as conversas informais se constituíram enquanto o objeto principal para a coleta de informações a respeito do referido objeto de pesquisa.

Cabe destacar que as informações



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

coletas no campo de estudo foram registradas no diário de campo, uma vez que trata-se de “um instrumento não só de registro, mas fundamentalmente um instrumento de análise de todo o trabalho de campo” (LAGE; 2005, p 15).

O diagnóstico dos dados foi feita a partir da análise de conteúdo que se desenvolve por meio de três etapas: a) pré-análise; b) exploração de material; c) tratamento e inferência dos resultados. Cabe destacar que esse caminho não segue uma hierarquia, mas decorre dentro de uma circularidade, constituído por idas e vindas entre as etapas.

Na pré-análise definimos o campo de pesquisa, as três Comunidades Quilombolas e os sujeitos da pesquisa. Neste caso, uma professora de cada comunidade campesina. Na exploração de material realizamos, inicialmente, leituras flutuantes no material coletado por meio das conversas informais e do diário de campo. Na sequência, construímos núcleos de sentido que tratassem do aludido objeto de pesquisa para assim realizarmos tratamento e inferência dos dados. Dito, isto na próxima seção, apresentamos a fala das professoras das três comunidades quilombolas, anteriormente, anunciadas.

Professora Negras Quilombolas: as práticas exitosas nos espaços educativos

De acordo com a fala das professoras é possível observar a traços do racismo que alunas e alunos vivenciam no espaço escolar. Contudo, simultaneamente, observamos a resistências dessas mulheres negras que compreendem que o ato de educar é um dos caminhos possíveis para a afirmação da identidade quilombola e acima de tudo, sujeito pertencente a este local, profere:

Era muito difícil querer ser moradora da nossa comunidade, Pau-Ferrado, quando uma pessoa queria xingar outra em Lagoa dos Gatos ela sempre dizia: “vai neguinho do Pau-Ferrado”. Isso fazia com que as pessoas da nossa comunidade evitassem ir à cidade e as crianças não se sentiam a vontade na escola. Era uma situação bem complicada” (P01, 02/02/2013).

Diante da fala da P01, identificamos que a prática do racismo se faz presente nas vivências das pessoas que são quilombolas, ocasionando, em especial, nas alunas e alunos, o não desejo de frequentar a escola em virtude das atitudes racistas que vivenciavam.

Em virtude das experiências negativas que as/os estudantes vivenciaram/vivenciam as professoras da Comunidade em parceria com o Movimento Quilombola Pau-Ferrado teceu formas de combater o racismo,

Nós organizamos reuniões com a comunidade e mostramos a importância que temos para a sociedade. Mostramos que



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

carregamos as raízes de um povo guerreiro e que isso precisa ser valorizado. Somos descendentes de povos que foram escravizados, mas precisamos reconhecer que houve resistência, nós somos essas resistências (P01¹, 07/04/2013).

O desenvolvimento dessas reuniões/encontros, inicialmente, foram pensados para e com as alunas e os alunos quilombolas. Contudo, o senso de coletividade presente na Comunidade possibilitou que essas atividades fossem ampliadas para todas e todos, entendendo que essa era uma experiência inerente da comunidade Quilombola e não apenas de uma pessoa.

Diante disso, entendemos que as práticas exitosas nas comunidades quilombolas se referem ao movimento de afirmações identitárias dos sujeitos ali presentes, lugar em que afirmam os seus modos de ser, de pensar e de produzir conhecimento não enquanto sujeito subalterno, mas enquanto sujeitos de luta, detentores de conhecimentos e mecanismos de resistências.

No que concerne à Comunidade Onze Negras o ato de ensinar/aprender está imbricado com as próprias dificuldades estruturais do local, como afirma a Professora Marques (2011), a primeira educadora na comunidade quilombola:

Foi quando apareceu a inscrição do Mobral², aí eu fiz e consegui, me encaixei aqui na comunidade. Neste tempo não era na casinha onde a gente brincava e fazia de nossa sede. Era feito uma palhacinha, uma casinha de palha que não era de dendê, era de sapé. Então, ali tinha umas cadeiras, não era nem cadeiras, eram bancas que os meninos eles mesmo faziam e ali eu ensinava. Passei mais de um ano ali ensinando um bom período (MARQUES; 2011).

Na fala de Marques (2011), podemos identificar que embora o espaço físico e os recursos disponibilizados eram escassos. Contudo, essas lacunas estruturais não foram suficientes para impossibilitar que o ato de ensinar continuasse. Isso parte, sobretudo, da compreensão de que o processo de ensino/aprendizagem é capaz de modificar a vida das pessoas, possibilitando mudanças na própria qualidade de vida, bem como que o ato de ensinar/aprender não está restrito as quatro paredes da sala de aula, como anuncia Silva,

A gente aprendeu na época no Mobral que hoje é o EJA, com a Conceição, que era a mais velha na comunidade e era quem sabia, quem foi alfabetizada. Ela era quem nos ensinava, o Mobral que chamava o b-a = ba o b-e = be. Com isso hoje a gente, apesar das dificuldades, aprendemos a assinar nossos nomes. E na nossa comunidade a questão da educação tem uma comissão dividida em educação, saúde. A gente tem o grupo dividido em cada comissão, cada processo tem um núcleo que trabalha voltado para aquela atividade, no caso da educação diferenciada para a comunidade quilombola. (2010).

¹ A referida professora não permitiu a divulgação de seu nome na referida pesquisa, por tal fizemos uso da terminologia P01.

² Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado pelo governo brasileiro, pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Ao retratar sua história, percebemos o quanto a educação escolar se manteve distante das possibilidades deste povo e ao mesmo tempo como este foi descobrindo outros valores e formas de aprender, bem como o fato de não ter tido acesso a escola não quer dizer que não houve aprendizagem, como pontua Trindade

Nem sempre no Brasil e no resto do mundo de uma maneira geral, a ausência de letra, o analfabetismo, o não ser letrado, quer dizer que não seja culto. É possível ter sabedoria, ter cultura, no sentido de uma instrumentalidade para lidar com o real, sem passar pela letra (2000, p.18).

As falas das três professoras, corroboram no sentido de percebermos que embora a realidade se apresente avessa as marcas identitárias e ao próprio direito de se ter acesso a educação essas mulheres negras, professoras, quilombolas e militantes foram tecendo resistências frente há um sistema normalizador que tende/intenciona silenciar suas ancestralidades.

Portanto, as práticas exitosas dessas mulheres negras estão aliadas as suas histórias, as suas experiências, as suas identidades e, sobretudo a força de proporcionar ao outro a possibilidade de ocupar outros espaços. Logo, a cor da sua pele, o seu gênero e o território que onde veem, construído, historicamente, enquanto um não lugar,

inferior e subalterno, assume agora outras ressignificações, no sentido de valoração de seus direitos, dos modos de ser, de pensar, de produzir, de ser e de existir no mundo.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 492-516.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In: Nascimento, Elisa Larkin. (org.) **Guerreiras de natureza: Mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal**. Volume I – Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.

MARQUES, Maria da Conceição. Depoimento (jan. junho, agosto e setembro, 2011). Entrevistadora: Maria José dos Santos, Comunidade Quilombola das Onze Negras- Cabo de Santo Agostinho – PE. **Entrevista** concedida para dissertação “ A trajetória Educacional de quilombolas no Quilombo das Onze



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Negras do Cabo de Santo Agostinho-PE.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza;
CRUZ, Simone. **Mulheres negras na primeira pessoa**. Brasil: Redes, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.)

Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1996.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa;
CÂMARA, Michelle Januário. Reflexões sobre currículo e identidade: Implicações para a prática pedagógica, In MOREIRA, Flávio Antonio; CANDAU, Maria Vera (org). **Multiculturalismo Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. 2009. A mulher negra brasileira. In: **Revista África e Africanidade**, ano 2, n. 5, 2009. Disponível em: <www.africaeafrikanidades.com>. Acesso em: 01 ago. 2011.

SILVA, Maria José de Fátima. Depoimento (jan. junho, agosto e setembro, 2011). Entrevistadora: Maria José dos Santos, Comunidade Quilombola das Onze Negras- Cabo de Santo Agostinho – PE. **Entrevista** concedida para dissertação “ A trajetória Educacional de quilombolas no Quilombo das Onze Negras do Cabo de Santo Agostinho-PE.

SIQUEIRA, Maria de Lurdes. **Valores afro-brasileiros na educação**. Boletim 22 Novembro. Ministério da Educação. 2009.

TRINDADE, Azoilda Louretto da.;

SANTOS, Rafael dos. (Orgs).

Multiculturalismo: mil e uma faces da escola. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.